

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.705 - SP (2019/0205919-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CARLOS MANOEL DUARTE MARQUES
ADVOGADO : CARLOS MANUEL DUARTE MARQUES - SP289663
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO DA CRUZ GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos invocados para embasar a ordem de prisão do acusado, ao evidenciar o risco de reiteração delitiva, diante do registro de duas condenações definitivas em seu desfavor, uma delas por delito de mesma natureza.

3. Em relação aos antecedentes do réu, a análise da certidão anexada aos autos permite verificar que, de fato, a condenação por crime de latrocínio tentado se relaciona a fato ocorrido em 11/3/2007. No entanto, constata-se outros dois registros posteriores, pela suposta prática de crimes de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito e permitido e de associação criminosa, um deles com condenação em desfavor do paciente – elementos suficientes para justificar a custódia provisória.

4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar

Superior Tribunal de Justiça

a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

